

SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA DE SEGUROS DO BRASIL

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a percepção e a prática das questões ambientais e de governança corporativa das empresas da indústria de seguros no Brasil, no cenário da agenda global de sustentabilidade. A partir das orientações dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros, o setor vem se mostrando sensível aos desafios globais, entre eles as mudanças climáticas e as alterações demográficas. Contudo, a operacionalização efetiva de um plano de ação ambiental, analisada através da matriz de materialidade e avaliada pelo coeficiente de prioridade criado para os diversos temas, ainda se mostra de intermediária a incipiente, se considerado o alto potencial de gerenciamento de riscos que caracteriza o setor.

Palavras-chave: governança corporativa, sustentabilidade, seguros.

ABSTRACT

The objective of this chapter is to analyze the relationship between the perception and practice of environmental and corporate governance issues of insurance companies in Brazil, in the context of the global sustainability agenda. The implementation and dissemination of sustainable corporate actions demonstrates the organizations' responsible behavior and legitimizes their actions in relation to society. Based on the guiding actions of the Principles for Sustainability in Insurance, the sector has been sensitive to global challenges, including climate change and demographic change. However, the effective operationalization of an environmental action plan still shows itself as intermediate to incipient, evaluated by the coefficient of priority created for the various themes, considering the high risk management potential that characterizes the sector.

Key-words: corporate governance, sustainability, insurance.

1 Introdução

Já no início da década de 1970, as empresas seguradoras foram pioneiras na percepção dos riscos advindos dos impactos ambientais do aquecimento global, através da constatação do significativo aumento de sinistros relacionados a enchentes -, duas décadas antes das expressões “aquecimento global” e “mudança climática” se tornarem mundialmente difundidas. Posteriormente, em 1987, a publicação do Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, formada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tornou-se um marco histórico ao identificar os efeitos do impacto das atividades humanas nos recursos finitos do planeta, dando origem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Numa primeira observação, pode-se enxergar a sustentabilidade em serviços financeiros como suporte ao valor monetário dos bens, permitindo acumular poupanças e investimentos e evitando riscos. Contudo, a partir da década de 1990, diversas iniciativas surgiram no setor, com o objetivo de integrar fatores ambientais, sociais e de governança.

Mais recentemente, o mercado segurador passou a assimilar questões como a perda de biodiversidade, a degradação dos ecossistemas, a escassez da água, assim como a pobreza e o envelhecimento da população, através do desenvolvimento de produtos e serviços visando o atendimento de novas necessidades, como o seguro inclusivo para comunidades de baixa renda, pessoas portadoras de necessidades especiais e populações idosas. (SCOTT, 2003).

Lançados por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio +20), os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI) resultaram do trabalho desenvolvido desde o ano de 2009 por seguradoras globais em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, visando estabelecer um marco de compromissos para integração das questões ambientais, sociais e de governança (ASG) nos negócios de seguros.

Os Princípios enunciam como objetivo direcionar e promover o engajamento da indústria global de seguros na questão da sustentabilidade, aproveitando a vocação natural do setor, enquanto investidor, gestor e tomador de risco para o enfrentamento dos desafios contemporâneos ligados às questões ASG, valorizando as questões ambientais, sociais e de governança relevantes para a atividade em seguros e promovendo o aumento da conscientização para tais questões, em conjunto com governos, órgãos reguladores e públicos estratégicos, com regularidade e transparência. (CNseg, 2016).

Os Princípios para Sustentabilidade em Seguros compõem um plano de ação global para desenvolver e expandir o gerenciamento de risco e soluções em seguros inovadores, incluindo ações voltadas a garantir energia renovável, água limpa, cidades sustentáveis e comunidades resilientes a catástrofes. Considerando-se um volume mundial de prêmio superior a 4 trilhões de dólares e mais de 24 trilhões de dólares em recursos sob sua administração, as seguradoras que incluem o conceito de sustentabilidade em suas operações comerciais reúnem condições de oferecer fluxos financeiros e de investimento, numa perspectiva de longo prazo necessária ao desenvolvimento sustentável. (UNEPFI, 2012).

Neste contexto, vale destacar que a magnitude da indústria de seguros no Brasil, com resultados que atestam seu desempenho, é essencial para compreender o seu papel no desenvolvimento sustentável. A atividade seguradora, responsável por cobrir os riscos inerentes ao patrimônio, às responsabilidades, à vida e à saúde, por prover a sociedade de produtos como alternativa para geração de benefícios de caráter previdenciário e por oferecer títulos de capitalização como oportunidade de inclusão financeira, se apresenta como grande geradora de empregos formais, uma das principais financiadoras da dívida

pública e importante contribuinte e recolhadora de tributos. Composto por 117 seguradoras, 20 entidades abertas de previdência complementar, 17 sociedades de capitalização e 1.086 operadoras de saúde suplementar, o setor segurador se constitui num dos maiores investidores institucionais do País, tendo apresentado o total de ativos de R\$ 1,2 trilhão, em 2017. (CNseg, 2019).

2 A Agenda de Sustentabilidade Global

A degradação do meio ambiente afeta a economia como um todo e o segmento de seguros, em particular, dentro de sua atividade básica de assumir e gerenciar riscos, como os que envolvem fenômenos naturais e mudanças climáticas. Nessa perspectiva, as empresas de seguros apresentam um grande potencial de contribuição para proteger a sociedade, estimular a inovação e promover o desenvolvimento.

Nesse cenário, um dos temas que mais mobilizam o setor de seguros é a prevenção de catástrofes naturais. Diante das mudanças climáticas, é crescente a preocupação das empresas em demonstrar as melhores práticas na avaliação de riscos às quais o mercado segurador está sujeito, não apenas em relação ao temor de perdas futuras, como também imediatas, uma vez que os efeitos das mudanças climáticas vêm sendo observados com o aumento do número da intensidade das catástrofes naturais.

No Brasil, as inundações são os desastres naturais de maior impacto econômico, gerando perdas anuais de 1,4 bilhão de dólares, estimando-se que esse saldo negativo poderá atingir 4 bilhões de dólares até 2030, afetando diretamente 43 milhões de pessoas. (CNseg, 2018).

Configura-se, assim, um quadro de extrema gravidade, com a necessidade de adoção de práticas sustentáveis em caráter de urgência, cabendo às seguradoras o papel de atenuar o efeito das catástrofes. Estas contam com o poderoso apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Iniciativa Financeira, em nível global, para desenvolver os Princípios para Sustentabilidade em Seguros. Desde seu lançamento, em 2012, esses pilares básicos têm influenciado práticas nas dimensões: Ambiental, Social e de Governança (ASG).

A partir de sua função social, o mercado de seguros assume um papel de protagonista na agenda internacional da sustentabilidade, considerando-se que sua especialização em gestão de risco é fundamental para os mecanismos de adaptação a um novo cenário climático, com base no conceito de desenvolvimento sustentável.

Considera-se que a função social do seguro envolve três dimensões: a subscrição de riscos, a gestão de riscos e o investimento de recursos financeiros. (CNseg, 2018). Através da subscrição de riscos, as seguradoras avaliam a exposição dos agentes econômicos a riscos diversos, expressando através do prêmio do seguro sua probabilidade de ocorrência e a intensidade da exposição, numa dinâmica importante para a resiliência financeira, que incentiva a aceitação de riscos moderados pela população. Em relação à gestão de riscos, entende-se que o seguro não é apenas um mecanismo de transferência de risco para compensar perdas financeiras, mas também de gerenciamento, porque as seguradoras podem adotar medidas de prevenção de sinistros e atenuação de perdas na condução de seus negócios.

A atividade de seguros estimula a formação de poupança, por meio de provisões, para arcar com as perdas da coletividade reunida em fundos de assistência mútua, base da cobertura de seguros, administrados por empresas capacitadas e reguladas. Tais recursos podem ser canalizados, através do mercado de capitais, para o financiamento de despesas de adaptação.

Nesse contexto, o mercado segurador exerce um importante papel como protagonista na conscientização da sociedade sobre a exposição a riscos, dos quais assume uma parcela considerável, além de financiar a transição para uma economia de baixo impacto no clima.

A agenda de sustentabilidade global tem como foco principal a adaptação às mudanças dos padrões climáticos e a compreensão de seus impactos no cotidiano – temática esta, discutida no Acordo de Paris, formalizado em 2015. Durante a Conferência, vários Estados, incluindo o Brasil, se comprometeram com metas e diretrizes para limitar o aquecimento da Terra em até 2°C abaixo dos níveis pré-industriais, o que representa que os Estados estão se mobilizando e formulando estratégias de políticas públicas para produzir as metas de redução de emissão de carbono. Como contribuições, antes e durante a conferência de Paris, os países apresentaram planos nacionais de ações climáticas abrangentes para reduzir suas emissões, tendo assumido o compromisso de comunicar a cada cinco anos suas contribuições para estabelecer metas mais ambiciosas.

Em junho de 2017, uma força-tarefa, incluindo seguradoras, grandes bancos, gestoras de ativos, fundos de pensão, grandes corporações não financeiras e empresas de auditoria e consultoria - constituída a partir do Financial Stability Board - FSB (organismo internacional vinculado ao G-2, que monitora e emite recomendações a respeito do sistema financeiro internacional) concluiu a redação do documento que trata das Recomendações para Relatos Financeiros Relacionados ao Clima (TCFD); segundo este, o processo de adaptação às mudanças climáticas traz riscos e oportunidades que precisam ser compreendidos pelas empresas na construção de um novo paradigma econômico. (CNseg,2018).

O principal fator de sustentabilidade do setor de seguros é a preservação de seus fundamentos econômicos e técnicos. O objetivo a ser perseguido, tanto pelo regulador quanto pela gestão das empresas, deve ser o atendimento ao princípio básico do seguro, qual seja, a formação e manutenção de uma carteira de riscos resistente a volatilidades de mercado, mantendo-se a sinistralidade global da empresa e a solvência em níveis adequados. São esses atributos que assegurarão o cumprimento das obrigações das empresas do setor de seguros com os seus consumidores e acionistas.

3 Metodologia

A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 2008, representativa do mercado segurador brasileiro, com atuação em todo território nacional. Ela congrega as Federações associativas das empresas de Seguros Gerais (FenSeg), Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), Saúde Suplementar (FenaSaúde) e Capitalização (FenaCap) - G4-3, G4-6, G4-7, G4-8, respectivamente. A Confederação reúne as principais lideranças do setor, coordena as ações políticas e estratégicas dos segmentos, atuando como representante de suas empresas frente à sociedade, ao poder público, aos órgãos reguladores e às demais entidades de classe nacionais e internacionais.

A CNseg foi impulsionada pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e do lançamento dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI). A Comissão de Sustentabilidade e Inovação da CNseg coordena a atuação da Confederação em temas ligados às questões ASG e à sustentabilidade em geral. Sua agenda consiste em estimular o engajamento do setor segurador em prol do desenvolvimento sustentável, estimulando a troca de experiências, fomentando a adoção pelas empresas das melhores práticas em questões ambientais,

sociais e de governança e promovendo a adesão aos PSI. Com estratégias e iniciativas específicas direcionadas para diferentes públicos (associadas, órgãos reguladores e entidades de classe), a Comissão também aborda a gestão de riscos do setor (ao fortalecer a gestão de informação e a análise de impactos), o desenvolvimento setorial (promovendo pesquisas e compartilhando conhecimento) e as boas práticas de governança, transparência e prestação de contas. (CNseg, 2015).

O relatório Balanço Social, referente aos anos de 2000 a 2007 foi publicado, anualmente, pela Fundação Escola Nacional de Seguros – FUNENSEG, sendo que a partir do Relatório de 2008, a publicação ficou a cargo da CNseg. Os relatórios de 2013 e 2014 incorporaram como título: Relatório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

A partir da edição de 2015, o relatório foi totalmente reformulado, passando a ter como título: Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros. Foram então incluídas as principais temáticas ambientais, sociais e de governança (ASG) relativas ao setor de seguros, de acordo com os Princípios de Sustentabilidade em Seguros - PSI, da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP FI, estruturado a partir do Guia para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade – versão 4 (GRI-G4). Essa metodologia está sendo mantida até o mais recente relatório divulgado pela CNseg, referente a 2017, publicado em 2019.

Os PSI foram desenvolvidos em um processo de pesquisa e consulta global ocorrido entre 2006 a 2011 pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI), que envolveu mais de 500 líderes do mercado de seguros, governos, órgãos reguladores, organizações não governamentais e associações setoriais, entre outros *stakeholders*.

Para análise da metodologia adotada pelo Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros da CNseg, partiu-se do levantamento das informações socioambientais nele divulgadas, na busca de consonância com as diretrizes recomendadas pelo modelo de materialidade proposto pela Diretriz G4 do Global Reporting Initiative (GRI), em atendimento aos pilares social, ambiental e organizacional.

Para tanto, na fase de pré - análise, foram analisados relatórios anteriores pertinentes ao setor, publicados, a partir do ano 2000, bem como acessados websites de empresas do setor de seguros, para se obter seus relatórios anuais de sustentabilidade. A fase de exploração do material consistiu na análise sistemática desses relatórios, ou seja, na leitura e identificação dos itens julgados necessários pelos critérios estabelecidos pelo GRI para empresas desse setor. Essa análise requereu atenção, porque nem sempre as empresas publicam as informações com o título ou denominação sugerida pela GRI, embora, na maioria vezes, forneçam os mesmos dados esperados pelo modelo.

Para a análise dos relatórios de sustentabilidade do setor, considerou-se a adequação aos princípios do GRI e o número de indicadores de cada dimensão utilizados, atribuindo-se uma nota para cada indicador, através do cálculo de média simples e, posteriormente, ponderada, para a construção dos coeficientes de prioridade.

Na etapa seguinte, para o tratamento dos dados, procedeu-se à identificação e interpretação das informações, para verificar sua correspondência com os resultados esperados pelo modelo GRI.

Assim, a partir da pesquisa exploratória e qualitativa, os dados obtidos foram cruzados e organizados, constituindo o escopo para a análise da relação entre sustentabilidade e governança corporativa. Foi construído um coeficiente de prioridade para cada tema abordado pela pesquisa. Pretende-se, com isso, contribuir para ampliar o conhecimento sobre a temática de indicadores de sustentabilidade socioambientais, suas formas de utilização e aproveitamento no setor de seguros.

4 A Matriz de Materialidade do Setor de Seguros

As ações envolvendo sustentabilidade estão sendo naturalmente incorporadas ao processo organizacional na busca de estratégias, permitindo que sejam identificadas as preocupações de um amplo grupo de partes interessadas, contribuindo não somente com a empresa em si, mas também com o desenvolvimento sustentável a um nível nacional. (FONTA et al., 2016).

Os indicadores de sustentabilidade são essenciais para a gestão sustentável. Um dos instrumentos mais eficazes de medição é dado pela GRI (Global Reporting Initiative), empresa sem fins lucrativos, fundada em Boston (EUA), em 1997, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 2002, a GRI se tornou uma ONG internacional independente, tendo como escopo principal criar um processo *multistakeholder* (incluindo governo, sociedade civil, mercados financeiros, *business*, academia, instituições medidoras e trabalhadores) para dar orientação às organizações sobre o relato de suas práticas sustentáveis, contando com o apoio da ONU e outras parcerias. O indicador de sustentabilidade GRI é organizado por Diretrizes, classificadas por um quadro padronizado, relatando práticas financeiras e não financeiras. Seu último conjunto de diretrizes lançadas (G4), enfatiza a ferramenta materialidade (GRI, 2015) como inferência de prioridades entre os pilares sustentáveis e as necessidades de seus *stakeholders*.

A Diretriz G4 é operacionalizada com aproximadamente 58 divulgações, onde são relatados os meios de gestão a serem utilizados. Há 91 indicadores específicos, que medem o grau de sustentabilidade de uma organização por meio de um núcleo e critérios materiais (JONES et al., 2016).

O processo de conhecimento dos impactos ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) faz parte do debate estratégico das organizações, onde a metodologia da Matriz de Materialidade é uma ferramenta importante, conforme a estratégia de negócios e a percepção de impactos dos públicos com os quais se relaciona - os *stakeholders*.

O conceito de materialidade teve origem na literatura financeira, onde é aplicado em referência a questões contábeis, como nos processos de auditoria. A materialidade financeira busca questões que preocupam os investidores; já sua aplicação na questão da sustentabilidade, requer uma definição mais específica e focada. (JONES et al., 2016).

As atividades relatadas deverão refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou do setor, que, de algum modo, possam influenciar o processo decisório dos *stakeholders* (GRI, 2015), com base nos três pilares da sustentabilidade. A importância relativa faz com que a materialidade forneça às partes interessadas apenas informações expressivas, completas e representativas para a avaliação para do desempenho sustentável empresarial (CALABRESE et al., 2016).

Assim, as questões devem ser classificadas em escala crescente, da menor para a de maior relevância. (WHITEHEAD, 2016). A importância relativa faz com que a materialidade forneça às partes interessadas apenas informações representativas, completas e que sirvam para a avaliação do desempenho sustentável. As organizações devem se concentrar apenas em atividades realmente necessárias para o negócio e para o público externo. É preciso descrever todas as ações essenciais, especificar os motivos de relevância de determinados tópicos, numa perspectiva sustentável para a organização (JONES et al., 2016). A diversidade de formas de abordagem viabiliza o contato transversal com os temas da Sustentabilidade e os impactos potenciais e reais das organizações, além de atender aos critérios da Global Reporting Initiative (GRI), elaborar

planos de ação com consistência e assertividade, realizar análise de cenários e de riscos, de forma a mensurar o Desenvolvimento Sustentável.

O Relatório de Sustentabilidade tem se consolidado como um instrumento utilizado pelas organizações para a comunicação das suas práticas e do seu desempenho em relação ao desenvolvimento sustentável. Referenciais para a elaboração e aperfeiçoamento desses relatórios são necessários e as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) surgem como parâmetros frequentemente utilizados em todo o mundo, atribuindo materialidade e comparabilidade aos relatos. A adesão pela utilização dessas diretrizes também tem sido uma prática para as organizações brasileiras.

A finalidade de um Relatório de Sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional, visando ao desenvolvimento sustentável. “Relatório de sustentabilidade” é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, entre outros.

Os temas e indicadores relevantes são os que podem ser considerados importantes por refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais da organização ou por influenciar as decisões dos *stakeholders*, merecendo, portanto, ser incluídos no relatório. A materialidade é o limiar a partir do qual um tema ou indicador se torna suficientemente expressivo para ser relatado. A partir desse limiar, nem todos os temas relevantes terão igual importância e a ênfase dentro do relatório deverá refletir a prioridade relativa desses temas e indicadores relevantes. (GRI, 2015).

Para Campos, (2013), as organizações têm reconhecido os Relatórios de Sustentabilidade como instrumento que confere maior transparência e integridade ao seu desempenho de sustentabilidade, fortalecendo a relação entre a sociedade e o meio ambiente. O aumento da adesão pela elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade é motivado pela percepção dos benefícios desses relatórios para as organizações e está diretamente relacionado à construção de uma postura corporativa mais transparente e à possibilidade de resposta de forma estruturada às demandas sobre a responsabilidade socioambiental e econômica às partes interessadas nas atividades das organizações.

As diretrizes da GRI têm sido aplicadas de forma contínua por organizações no processo de elaboração dos seus Relatórios de Sustentabilidade e de orientação das suas práticas de sustentabilidade, alcançando resultados tangíveis e intangíveis que representam os propósitos para os quais foram desenvolvidas.

A matriz de materialidade do Setor de Seguros, apresentada no Relatório de Sustentabilidade em Seguros da CNseg, levanta os temas e aspectos ASG mais significativos e que podem ser observados para uma gestão estratégica de riscos e oportunidades. (CNseg, 2017).

Nesta última pesquisa, cujos resultados foram publicados da edição de 2017, partiu-se de uma consulta a 172 *stakeholders* externos, com predominância de profissionais do próprio mercado de seguros, além de fornecedores, corretores, reguladores e clientes, entre outros públicos estratégicos. As questões levantadas a partir da consulta focaram nos aspectos ASG, tanto em relevância, quanto nas práticas para o setor de seguros.

Observando-se o perfil das empresas pesquisadas, em relação a sua origem, tem-se que 72% das empresas respondentes são brasileiras e 28% delas são estrangeiras. Em relação à distribuição geográfica, 6,2% delas se situam na região Norte, 9,5% na Centro-Oeste, 20,2% na Sudeste e 19,8% na região Sul do Brasil.

Na consulta, foi solicitada a classificação de alguns temas ASG entre 1 e 9, sendo 1 o mais relevante e 9, o de menor relevância para o setor de seguros, obtendo-se os resultados apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Matriz de Materialidade

TEMA	1 A 3	4 A 6	7 A 9	AVALIAÇÃO
Clima	33,71%	31,46%	34,83%	Menos Relevante
Resíduos	22,47%	25,85%	51,69%	Menos Relevante
Longevidade	61,79%	14,60%	19,19%	Muito Relevante
Violência Urbana	31,46%	40,45%	22,48%	Relevância Média
Educação em Seguros	40,45%	35,95%	19,10%	Muito Relevante
Segurança Cibernética	38,20%	35,96%	28,09%	Muito Relevante
Talentos	26,97%	44,95%	33,71%	Relevância Média
Diversidade	19,10%	26,97%	52,80%	Menos Relevante
Desigualdade Social	25,84%	40,45%	38,21%	Relevância Média

Fonte: CNseg(2017)

O estabelecimento de processos para identificar as questões ASG e potenciais consequências na subscrição de riscos foi considerado de muita relevância pela maioria dos participantes da pesquisa, independentemente do seu segmento de atuação.

No entanto, as percepções quanto às práticas são ainda incipientes ou intermediárias, o que demonstra que há consciência da importância e impacto desses temas, porém as instituições ainda se encontram na fase de implementação e adaptação a essa nova agenda.

A integração dos aspectos ASG na tomada de decisão de investimentos é também considerada de muita relevância, sendo a prática percebida por aproximadamente 80% dos entrevistados como avançada.

Quanto à diversidade, inclusão e processos relacionados a recursos humanos, observa-se, novamente, que são considerados de alta relevância, porém com práticas ainda vistas como intermediárias. Vale ressaltar que aproximadamente 20% dos respondentes as identificaram como avançadas, o que demonstra que as instituições do setor já vêm endereçando esses temas de forma perceptível pelo mercado.

O desenvolvimento de produtos e estratégias e o relacionamento com consumidores e fornecedores que englobem os temas ASG são considerados de grande relevância, mas na prática, novamente são percebidos como incipientes ou intermediários. A inovação, tanto no desenvolvimento de produtos e inclusão da população de baixa renda no setor de seguros foi apontada como fator importante pela maioria dos consultados, porém, com o desafio de melhorar as práticas que ainda são percebidas como intermediárias.

O tema da educação em seguros, que vem sendo abordado pela CNseg, é visto como muito relevante, mas o desafio ainda existe, pois a percepção das práticas é vista como avançada apenas por 14% dos entrevistados. Dentre todas as questões, o desenvolvimento de programas, canais e medidas de prevenção e monitoramento de práticas de segurança e proteção foi o que obteve o maior percentual de respostas que consideram de muita relevância: 95%, sendo as práticas percebidas como avançadas por aproximadamente 50% dos participantes.

A transparência quanto às práticas das empresas relacionadas aos temas ASG é considerada como muito relevante por quase a totalidade dos entrevistados; por outro lado, as práticas são vistas como incipientes ou intermediárias, também pela maioria.

Com um ranking construído por ponderação, sendo o peso 3 para o mais importante, a classificação de prioridades permitiu a hierarquização de preferências, através da criação do Coeficiente de Prioridade, que permite uma melhor comparabilidade entre os temas.

Tabela 1: Ranking com ponderação de temas prioritários

TEMA	Peso 3	Peso 2	Peso 1	Prioridade
Longevidade	1,85370	0,29200	0,19190	2,33760
Segurança Cibernética	1,14600	0,71920	0,28090	2,14610
Educação em Seguros	1,21350	0,71900	0,19100	2,12350
Talentos	0,80910	0,89900	0,33710	2,04520
Clima	1,01130	0,62920	0,34830	1,98880
Violência Urbana	0,94380	0,80900	0,22480	1,97760
Desigualdade Social	0,77520	0,80900	0,38210	1,96630
Resíduos	0,67410	0,51700	0,51690	1,70800
Diversidade	0,57300	0,53940	0,52800	1,64040

Fonte: Elaboração própria

A maior preocupação revelada pela pesquisa da CNseg 2017 refere-se à questão da longevidade. A grande transformação do perfil demográfico da população brasileira vem ocorrendo a partir da década de 1970, quando, de uma sociedade majoritariamente rural e tradicional, com famílias numerosas e com alto risco de morte na infância, passou-se a uma sociedade principalmente urbana, com menos filhos e nova estrutura nas famílias. A transição demográfica se inicia com a redução das taxas de mortalidade; depois de um tempo, com a queda das taxas de natalidade, registram-se significativas alterações na estrutura etária da população. (BRITO, 2008).

De uma população predominante jovem, passou-se, em poucas décadas, para um contingente cada vez mais significativo de pessoas com 60 anos ou mais de idade. (LEONE et al., 2010). Desde forma, explica-se a preocupação fundamental em um contexto de transição demográfica e de transformação do perfil demográfico nas próximas décadas, já que o envelhecimento populacional traz consigo problemas de saúde que desafiam os sistemas de saúde e de previdência social. Envelhecer não significa necessariamente adoecer. A menos que exista doença associada, o envelhecimento está associado a um bom nível de saúde. O Relatório Global de Riscos (FORUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2018) trabalha com especialistas e tomadores de decisões em todo o mundo para identificar e analisar os riscos iminentes. Em meio a um cenário de incerteza e instabilidade, as preocupações expressas no relatório de 2017 da CNseg confirmam essas expectativas, em torno de riscos nas áreas de degradação ambiental, violações da cibersegurança, tensões econômicas e tensões geopolíticas que, pelas projeções GRI, deverão estar presentes por mais uma década. Ciberataques estão entre as principais preocupações e também são vistos pela comunidade de risco como o mais provável de se intensificar em 2018.

O Relatório Global de Riscos (FORUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2018) analisa com cuidado os riscos ambientais: eventos climáticos e temperaturas extremas, aceleração da perda de biodiversidade, poluição do ar, solo e água, fracassos na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e riscos ligados à transição para baixo carbono. Identifica, ainda, o impacto econômico de novas tecnologias como um impulsionador da desigualdade.

Essas questões vêm sendo cada vez mais debatidas pelo setor de seguros, dado seu potencial impacto sobre a sinistralidade e importância para a subscrição de riscos. Essa análise pode ser realizada a partir da perspectiva de riscos e oportunidades de negócios, segundo a ótica que vem sendo desenvolvida pela TCFD - Task Force on Climate-Related Financial Disclosure, do Financial Stability Board.

A inclusão do tema na matriz de riscos corporativos é recomendada por iniciativas como a TCFD, que incentiva a inclusão dos riscos climáticos divididos em dois grupos: os riscos físicos, desencadeados por eventos climáticos extremos e catástrofes naturais, como enchentes, vendavais, chuvas de granizo, secas, ou ainda epidemias, que estão entre os eventos relacionados às mudanças climáticas mais citadas pelas empresas seguradoras; e os riscos de transição, que surgem na transição para uma economia de baixo carbono, podendo ser regulatórios, legais, tecnológicos, de mercado ou reputacionais. Ambos exigem adaptações constantes nos modelos de precificação e condições gerais de produtos, bem como adequação aos critérios de avaliação de ativos financeiros financeiro de forma geral (CNseg, 2017).

No campo das oportunidades, alterações dos climáticos podem sensibilizar o mercado e estimular a contratação de produtos de seguros, aumentando a percepção dos clientes em relação aos serviços prestados pelas seguradoras, gerando oportunidades para a manutenção e criação de produtos, serviços e assistências.

Os seguros de riscos ambientais incluem eventos de poluição ambiental súbita e gradual, que representam riscos financeiros para empresas consideradas com alto potencial poluidor, como indústrias químicas, petroquímicas, transporte de produtos perigosos, indústrias metalúrgicas, atividades hospitalares, entre outras. Muitas seguradoras oferecem, para esses casos, apólices dentro do ramo de Responsabilidade Civil Ambiental, que também funcionam como uma ferramenta complementar de gerenciamento de riscos ambientais para as empresas seguradas. Os potenciais danos físicos e materiais sobre a vida e as propriedades de terceiros também são opções de coberturas disponíveis para apoiar resultados da poluição ambiental sobre a sociedade.

Remoção de resíduos, mitigação de efeitos da poluição atmosférica e investimentos para realização do monitoramento ambiental das áreas afetadas são alguns exemplos. (CNseg, 2017).

Os Princípios para o Investimento Responsável – PRI e os Princípios para Sustentabilidade em Seguros – PSI estimulam a análise de riscos e de oportunidades associadas às questões ASG, seja no mercado de investimento institucional, seja no mercado de seguros.

Como desdobramento, a percepção de impactos, por parte dos segmentos envolvidos, revela uma preocupação com as questões sociais e ambientais. O Quadro 2 sumariza aspectos e impactos apontados, em cada segmento abrangido pela pesquisa.

Quadro 2: Aspectos e temas relevantes

SEGMENTO	ASPECTO	IMPACTOS
Seguros Gerais	Questões ambientais	Podem impactar os sinistros pelo aumento de desastres naturais e mudanças nos padrões climáticos e pluviométricos.
	Violência urbana	Os altos índices de roubos e furtos nas metrópoles brasileiras geram um impacto nas carteiras de Seguros Gerais.
	Gestão de resíduos	Em função do risco de corresponsabilização das seguradoras pelos salvados, no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a destinação adequada de resíduos de sinistros deve receber atenção.
Pessoas	Questões demográficas	O aumento da longevidade da população demanda uma gestão de produtos de previdência complementar. A inclusão financeira e a promoção do acesso ao seguro para as camadas de renda mais baixa trazem oportunidades ao setor.
	Gestão de investimentos	A gestão de reservas é ponto de atenção, com a inclusão de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa em metodologias e processos de investimento.
	Gestão de resíduos	O monitoramento dos procedimentos de descarte de resíduos hospitalares pelos prestadores é importante para as empresas neste segmento.
Saúde Suplementar	Mudanças climáticas	A alteração dos padrões climáticos e pluviométricos pode influenciar na sinistralidade dos planos de saúde.
	Saúde	A atenção à medicina preventiva e às práticas de saúde e segurança do trabalho pode reduzir a sinistralidade, gerar aumento da receita e fidelização de cliente.
Capitalização	Educação em seguros	O esclarecimento à sociedade sobre os produtos de capitalização, sua finalidade e condições é relevante para o segmento.

Fonte: CNseg (2017)

5 Considerações Finais

A partir da Matriz de Materialidade e do Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros 2017, com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), a pesquisa abrangeu os públicos envolvidos a respeito dos temas mais relevantes para o setor de seguros e o estágio atual da prática em cada um dos temas.

Com o intuito de minimizar seus impactos no meio ambiente, empresas e setores se preocupam cada vez mais em emitir relatórios anuais de sustentabilidade, enquanto ferramenta usada pelas organizações para comunicar seu desempenho social, ambiental e econômico, assim como apresentar avanços e realizações ligados à preservação do meio ambiente. A utilização destes relatórios ocorre tanto para fins internos, aprimorando a gestão de suas operações, como para fins externos, uma vez que os clientes vêm exercendo cada vez mais pressão por empresas mais preocupadas com a preservação ambiental, enquanto questão de interesse global.

Para sintetizar esse processo, elaborou-se uma tabela, em que as diretrizes de cada tema foram listadas e cruzadas com a análise dos relatórios, gerando a pontuação. Na tabela, foi analisada a presença e a adequação do conteúdo emitido no relatório de sustentabilidade, em comparação com as do modelo GRI.

Este trabalho não pretende esgotar as conclusões de análise concernentes ao relatório de sustentabilidade do setor de seguros. O intuito foi realizar uma análise comparativa de enquadramento das informações setoriais dentro dos parâmetros de análise estabelecidos pelo GRI. Pretende-se que o estudo consiga estimular uma análise crítica sobre a relevância da padronização de relatórios de sustentabilidade, de forma a permitir uma comparabilidade internacional do setor, ou mesmo, entre diferentes setores nacionais. Por outro lado, uma análise temporal poderá ser realizada a partir da análise comparativa entre este, os anteriores e os próximos relatórios, concebidos a partir da metodologia implantada em 2015, de forma a se vislumbrar uma a visão prospectiva do setor de seguros, com base na análise de séries temporais de indicadores.

O setor de seguros e o mercado, como um todo, podem ter vantagens com a emissão de relatórios, não somente pela desejável padronização das informações, como também, pela transparência que permeia o processo, e com a facilitando a análise. A padronização dos relatórios de sustentabilidade pode beneficiar a imagem do setor de seguros no cenário internacional, já que essa transparência gera visibilidade para as empresas do setor e, ao mesmo tempo, confiabilidade para os agentes envolvidos.

Referências

- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Rev Bras Estud Popul* 2008; 25(1):5-26.
- CALABRESE, A., COSTA, R., LEVIALDI, N., MENICHINI, T., 2016. A fuzzy analytic hierarchy process method to support materiality assessment in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*. 121, pp.248- 264.
- CAMPOS, L. M. de S., 2013. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Revista Gest. Prod.*, São Carlos, v.20, n.4, p.913-926.
- CNseg. 2019. *Propostas do setor segurador brasileiro - 2019/2022*.
- CNseg, 2018. *Sustentabilidade em Seguros*. Tendências, desafios e oportunidades.
- CNseg. 2017. *Relatório de Sustentabilidade em Seguros de 2016*. Disponível em: <http://sustentabilidade.cnseg.org.br>. Acesso em 20/04/2019.

FONTA, X., GUIXB, M., BONILLA-PRIEGOC, M., 2016. Corporate social responsibility in cruising: Using materiality analysis to create shared value. *Tourism Management*. 53, pp.175-186.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2018. *Relatório de Riscos Globais 2018*. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-risks-2018/files/2018/01/Global-Risks-Report-2018->. Acesso em 22/05/2019.

GRI, GLOBAL REPORTING INITIATIVE 2015. *Diretrizes para relato de sustentabilidade G4, PARTE1*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>. Acesso em 18/04/2019.

JONES, P., COMFORT, D., HILLIER, D., 2016C. Materiality in corporate sustainability reporting within UK retailing. *Journal of Public Affairs*. 16 (1), pp.81-90.

LEONE, E., MAIA, A., BALTAR, P. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Econ Soc* 2010;19(1):59-77.

SCOTT, P. 2003. *Insurers impact remain uncovered*. *Environmental Finance* 17:22.

UNEP Finance Initiative. PSI. *Principles for Sustainable Insurance*. Geneva, 2012.

WHITEHEAD, J., 2016. *Prioritizing Sustainability Indicators: Using Materiality Analysis to Guide Sustainability Assessment and Strategy*. *Business Strategy and the Environment*.